

HISTÓRIA & UTOPIAS



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

***Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História***

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

JOAQUIM NABUCO

a trajetória de um leitor

Maria Cecília Cortez Christiano de Souza
Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo

A capacidade de formular de forma original e profunda a crítica da sociedade brasileira de seu tempo, a sensibilidade em apreender traços culturais que nela permanecem até hoje, fizeram de Joaquim Nabuco um autor respeitado, que não cabe nas chaves genéricas com que são analisados pensadores brasileiros do século dezenove, como a de importação de idéias, a do “*melting pot*” ideológico ou do liberalismo que admitia a escravidão.¹

O interesse da História da Educação pela sua obra pode ligar-se a diversos tipos de razões. A vertente historiográfica aberta por Roger Chartier inaugura, por exemplo, a possibilidade de, à maneira foucaultiana, não só ampliar os contornos do histórico, questionando a naturalidade de objetos, mas também reconsiderar à luz de novos paradigmas teóricos e metodológicos espaços tradicionais da historiografia, como aquele que se situa a meio caminho entre a história e a filosofia — a história das idéias.

-
- 1 Filho de família da aristocracia nordestina durante gerações dedicada à política parlamentar no país recém emancipado recebeu o que de melhor havia na educação que o Brasil podia proporcionar aos jovens de sua elite: o colégio modelo da corte, a Academia de Direito em São Paulo, viagens de estudo na Europa e Estados Unidos. No entanto, sua atuação política mais importante ocorreu num dos primeiros movimentos políticos após a independência que contou com líderes populares e com a participação da opinião pública: a campanha pela emancipação dos escravos. O movimento, que se iniciou timidamente após a independência, ganhou fôlego nas décadas de 60 e 70. Apesar de condenado pelas pressões inglesas e enfraquecido pelas sucessivas revoltas escravas, a agonia do escravismo no Brasil foi longa e lenta. A emancipação só foi conseguida em 1888, e a promulgação da lei, durante o Império, contribuiu para a sua queda. Tardamente fiel a monarquia, que abraçara no seu fim a causa abolicionista, Nabuco foi colocado no ostracismo político depois da República. Só retornou a vida pública durante um breve período, no início do século, quando atuou no Ministério das Relações Exteriores, até morrer, em 1905, como embaixador nos Estados Unidos.

Esses velhos objetos históricos, as idéias, são novamente questionados quanto a universalidade e homogeneização de seu significado, apropriação e difusão, pela percepção das idéias como representações indissociáveis da historicidade dos seus agentes enunciadoreis. Também, pela consideração histórica da materialidade dos processos de produção, circulação e apropriação culturais, caracterizáveis através do olhar sensível a alterações mínimas dos objetos culturais postos em circulação (os livros, os impressos, as edições, exposições, museus) como das práticas culturais que os produzem ou deles se apropriam. Ela permite retirar a homogeneidade e transparência do ato de ler, procurando tanto tornar visível os dispositivos que tentam conformar o ato da leitura, quanto recuperando a heterogeneidade das formas de apropriação, os diferentes usos que grupos sociais fazem dos textos que compartilham com outros.²

Impulsionada simultaneamente por preocupações do início da idade moderna, quando se coloca no iletrismo e no analfabetismo um dos mais fortes obstáculos para a integração de grande contingente populacional nos direitos da cidadania ativa, e por preocupações pós-modernas sobre o presente e o futuro das gerações, diante dos efeitos devastadores da cultura televisiva, a valorização da leitura tornou-se consensual entre nós. Uma história da leitura na cultura brasileira permite que certos lugares comuns e certos estereótipos a respeito da leitura se desnaturalizem e percam a homogeneidade, tanto pela exposição das diferentes faces e raízes de representações correntes sobre ela, quanto pelas análises das origens das resistências que se criam ao seu redor.

Uma possível forma de análise das representações históricas sobre a leitura pode ter como base relatos de aprendizagem, autobiografias, onde aquele que se tornou escritor reconstrói sua trajetória de aprendiz de leitor. Coloca-se nelas em cena as diferentes maneiras de ler, de tratar o texto escrito, de instalar a relação entre o leitor e o texto. Elas podem retratar tanto a experiência singular de solidão do leitor face ao texto, quanto a experiência da leitura como uma relação de troca e de convívio. É claro que aqui temos que levar em conta a temporalidade própria da autobiografia, em que menos que um testemunho, temos uma experiência de *après coup*, uma recriação do passado fortemente marcada pela experiência presente. A crítica desta fonte pode ser retomada pela documentação que reconstrói a trajetória descrita, pela contextualização do relato, pela utilização de fontes paralelas como cartas, documentos, textos de crítica literária que contribuam para fixar os contornos dos textos e definir o ato da leitura.

2 Cf. Clarice Nunes e Marta M. C. Carvalho, "Historiografia da Educação e Fontes", Separata apresentada na 15ª Reunião Anual da ANPED, setembro de 1992.

A escolha aqui de um tema de pesquisa se prende às possibilidades oferecidas aos conhecedores da obra de Nabuco, principalmente quando se atenta para papel fundamental da leitura no seu livro auto-biográfico: o tema da formação intelectual de Nabuco é, basicamente, o relato de sua trajetória de leitor. Trata-se, assim, neste estudo, de questionar como esses temas da formação e da leitura é representado e construído na obra de Nabuco pela análise do campo de tensão que se produz, em determinados momentos de sua trajetória, entre a leitura e sua formação.

Minha Formação, foi escrito quando Joaquim Nabuco contava com 50 anos e sua publicação, em 1900, apareceu aos contemporâneos como um pequeno escândalo, porque não era usual, no Brasil, um livro de memórias de um homem ainda jovem, que apenas durante a campanha abolicionista adquirira uma certa notoriedade.

O distanciamento da política, um dos temas recorrentes do livro, também se revela no estilo, preocupado em retirar os sinais da ênfase excessiva, das imagens e metáforas comuns aos escritos panfletários. Na verdade, trata-se, como notam alguns críticos, de um dos primeiros textos literários do Brasil escrito para ser lido silenciosamente — até então, em geral, principalmente os romances eram escritos para serem lidos em voz alta.³

Significativamente, a narrativa de sua formação começa pelo tema da leitura, que ocupa os primeiros capítulos do livro. Não pelo comentário de suas leituras escolares, e sim de leituras realizadas na época de seus estudos universitários na Academia de Direito de São Paulo. “Lia de tudo igualmente” diz ele. A Academia proporcionava aos jovens de sua geração a novidade de um ambiente que propiciava a liberdade e os meios para uma “errância literária”, isto é, para a possibilidade de ler e passar de texto a texto, sem orientação ou objetivo a não ser o próprio desejo. Nabuco leu avidamente, e a forma de leitura realizada nessa época marcam suas recordações. “Posso dizer que não tinha idéia alguma, porque tinha todas”.⁴

3 Antonio Candido analisou o problema ao tratar da tradição de auditório que pontua a literatura brasileira do século dezenove. “Formou-se”, diz ele, “dispensando o intermédio da página impressa, um público de auditores, muito maior do que se dependesse dela e favorecendo, ou mesmo requerendo no escritor certas características de facilidade e ênfase, certo ritmo oratório que passou o timbre da boa literatura e prejudicou entre nós a formação dum estilo realmente escrito para ser lido.” Antes que o livro se tornasse verdadeiramente um objeto de consumo, literatura circulava através de jornais e folhetins que “habituarão os autores a escrever para um público de mulheres, ou para serões onde se liam em voz alta”. Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*, 5ª Edição, São Paulo, 1976, pp. 81-85.

4 Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, introdução de Gilberto Freyre, Brasília, 1963, p. 11.

A confusão e escândalo criados por este novo poder ainda estão na sua memória. Para além da referência ao anti-clericalismo de seus autores preferidos, como Taine e Renan, a impressão dominante é a de dessacralização.

A Academia proporcionava aos jovens de sua geração, pela primeira vez em suas vidas, a possibilidade de uma leitura que, dispensando mediadores, falava diretamente ao leitor. A julgar pelas suas memórias de escola e as de seus contemporâneos, o ambiente da Academia contrastava com o ambiente dos colégios em que a regra era a leitura controlada, pela vigilância e pela censura, pela imposição de autores e pela interpretação canônica dos professores e dos livros didáticos. “Restrinja-se ao que diz o compêndio”, teria respondido um de seus professores diante das questões que formulara numa aula de Filosofia.⁵

Nabuco mostra-se consciente que a leitura realizada durante a época da Academia, muito mais significativa para ele que os estudos jurídicos, criou por assim dizer, um cidadão sem pátria. Teve o efeito de alargar o círculo de seus interlocutores, para além dos limites do espaço e tempo. “Sou antes espectador de meu século que de meu país”,⁶ diz Nabuco a propósito em *Minha Formação*.

Assim, terminada a Academia, seu único propósito foi o de viajar pela Europa durante longos períodos. A leitura é o fio condutor do roteiro de suas recordações de viagem. As cidades são referidas a livros e autores. À parte seu desejo de apresentar-se como homem culto, a brevidade de referências às ligações entre lugares e livros, permite que se revele, no entanto, uma impressão geral de decepção, como se os lugares dissessem menos que os livros, o que ele atribui a sua condição de viajante estrangeiro: “de passagem pode-se ver muita coisa, mas não se tem a revelação de nada”.⁷

Chartier nota que a leitura extensiva retira dos livros a expectativa de neles se encontrar mestres e guias para a vida; a convivência com textos diversos aplaina o sentido, tornando frouxa a relação entre livro e leitor. Essa percepção materializa-se para Nabuco no convívio de intelectuais europeus, cujo espírito cosmopolita, diz ele, “caracteriza-se pela compreensão de soluções opostas dos mesmos problemas sociais, pela tolerância de todas as opiniões, pela igual familiaridade de correligionários e adversários, pela idéia, para dizer tudo, de que acima de qualquer partido está a boa sociedade”.⁸

5 Cf. Luis Viana Filho, *A vida de Joaquim Nabuco*, Brasília, 1977, p. 21.

6 Nabuco, *Minha Formação*, p. 33.

7 Nabuco, *Minha Formação*, p. 49.

8 Nabuco, *Minha Formação*, p. 45.

Esta aparente liberdade, caracterizada sobretudo pela tolerância e ausência de fanatismo, esconde porém um cativo. Nabuco sente-se compelido a quedar-se num estado de admiração permanente. Imagina-se diante de um público que “repara tudo, nota tudo”, “perante o qual é preciso uma constante vigilância de maneiras”.⁹ Sente-se estrangeiro e deslocado porque forçado a comportar-se de forma não natural até o extremo de aparentar naturalidade. Mas, sobretudo sente-se estrangeiro porque é levado a agradar sempre.

No entanto, sua ambição era maior: viajara para conhecer autores, mas também, principalmente, para se colocar como um igual. A arrogância com que, como narrador, procura se distanciar do passado, é ingênuo: mas necessária para evitar uma fácil comiseração diante dos fracassos que passa a narrar.

Escrevera a Renan uma carta aberta, publicada em jornal sob o título “*Le Droit du Meurtre*”, condenando uma brochura de Alexandre Dumas Filho. O artigo havia chegado a Renan por intermédio de um amigo; Renan respondera que suas palavras inflamadas não valiam a pena, pois tratava-se de uma “*plaisanterie*” de Dumas. Renan colocara assim Nabuco na desconfortável posição de um intelectual provinciano que desconhecia o contexto de um artigo. Ainda assim, insistira e enviara a Renan versos que publicara em francês. Recebeu rápido elogio entre duas frases. De Georges Sand obteve como crítica uma breve referência à dupla nobreza de idéias e de linguagem além da afirmação de que era uma “bela alma”. Nabuco não obteve uma avaliação da qualidade de seus versos até Edmond Scherer responder-lhe através de um silêncio implacável e no entanto polido, de um “médico que não sabe mentir a um doente desenganado”. Os autores europeus, colocados no lugar de verdade, com respostas dissuasivas em vários níveis, acabaram por resfriar suas pretensões poéticas.

Apenas quando Nabuco deslocou Renan do lugar imaginário de Absoluto (diz que aprendeu depois a ter reservas em relação a ele) é que pôde encontrar seu lugar nas Letras, como historiador. Na autocrítica de sua fase de poeta medíocre, que escrevera numa língua que não era a sua, não atribui seu fracasso a seus críticos. Mas, arrastando consigo boa parte da produção literária do seu tempo, Nabuco condena como “íngrata e fútil” a produção que o indivíduo “tira toda de si mesmo”. A literatura resultante, diz ele, torna-se medíocre pela ausência do trabalho intelectual, sobrevive graças a mútua adulação entre escritores e vive de um público de meia cultura. Alimenta-se de sentimentos vagos, na poesia, da crônica social, no romance, e de uma atitude puramente receptiva e passiva em relação à leitura.

9 Nabuco, *Minha Formação*, p. 89.

A tarefa de um historiador se contrapõe a tudo isso exatamente porque supõe o trabalho colocado como limite à admiração pasmada e à passividade da leitura. Nabuco enumera o que está contido nessa concepção de trabalho do historiador: especialização, portanto uma direção do interesse, resistência do objeto, portanto investigação, tempo, e sobretudo, diz ele, uma “ambição” suficientemente grande para ser capaz de se colocar à prova.

Mas, porque a história do Brasil e não a história européia? Em outras palavras, porque dirigir essa ambição na procura da história vinculada a própria nacionalidade?

Em *Minha Formação* a noção de nacionalidade encontra-se dilacerada por uma contradição interna a ela mesma. Aceitando a idéia de que o fundamento da nacionalidade encontra-se na “mistura de raças”, como colocara Von Martius no projeto do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1845, Nabuco se opõe tenazmente à idéia dos historiadores do Instituto de que o fundamento da nacionalidade pudesse ser encontrado num passado indígena mítico — as tribos indígenas encontram-se destruídas, diz ele, e em quase nada marcaram a civilização brasileira.

Estranhamente, para um abolicionista, mas desta vez de acordo com os historiadores oficiais do Instituto, em *Minha Formação*, Nabuco cala-se sobre o negro. Limitado à história do branco, seu olhar não se detém na Descoberta do Brasil mas continua pelo passado da civilização européia, de quem se diz herdeiro, na forma de imaginar e pensar. Mas, afora os livros, não se encontra na terra as marcas do passado dessa civilização. O Novo Mundo para o intelectual é solidão e deserto.

A percepção da terra e mesmo das cidades brasileiras, para Nabuco, encontra-se associada à pura natureza. “Uma espécie de jardim infantil”, diz ele em *Minha Formação*. Fixada e permanente, como não significando outra realidade senão ela mesma, Nabuco associa o Brasil à infância, quando a realidade se apresenta plena, massiva e cheia de certeza e portanto, incapaz de ser simbolizada. Há como que uma impossibilidade desta realidade ser articulada numa linguagem formulada pela leitura.

Resta então em relação a nacionalidade, um sentimento inarticulado, um interesse especial e descabido pela história nacional. Sentimento em contradição com o pensamento e a imaginação européias, e dessa contradição, diz Nabuco, deriva a instabilidade dos intelectuais nascidos na América, que na América sentem falta da Europa e na Europa tornam-se nostálgicos do próprio país.

É nesse pé que Nabuco deixa a discussão sobre a questão da nacionalidade no seu texto auto-biográfico. Há indícios, porém, que essa questão é várias vezes retomada, ao longo do texto, embora não de forma explícita.

Na crônica de sua viagem à Inglaterra e aos Estados Unidos, há subjacente a suas observações uma clara preocupação política — subjacente ao elogio ao modelo de governo inglês e às críticas ao sistema político americano, uma clara preocupação no sentido de efetuar a integração, sem revoluções, do liberto e do homem livre pobre à cidadania brasileira.

Mas, colocando à parte sua concepção política, e seguindo o relato autobiográfico no que se refere a crônica do cotidiano de suas viagens, principalmente à Inglaterra, há uma espécie de pontuação daquilo que elege como digno de ser notado.

Vários historiadores do século dezenove, dedicados ao estudo do cotidiano brasileiro através do discurso dos viajantes, notam que esses últimos, ao chegarem ao Brasil, impossibilitados de perceber de outra forma a diferença entre o cotidiano brasileiro e o de seus próprios países, predominantemente articulam essa diferença como falta. No *Brasil* falta respeito à propriedade privada, falta espírito de iniciativa, trabalho contínuo, pontualidade, organização do espaço urbano, homens brancos nas ruas, limpeza, silêncio, monumentos, estátuas e árvores nas praças, etc. São quase os mesmos aspectos que o relato de Nabuco pontua com admiração indicando a presença: organização e espírito de iniciativa na América, pontualidade, o traçado de avenidas, os parques, árvores e monumentos, o silêncio das manhãs de domingo, etc., na Europa.

Há, porem, uma notação que chama a atenção em seu relato, e que abre, por assim dizer, sua crônica sobre a Inglaterra. Trata-se da primeira visão da multidão londrina:

*essa multidão aristocrática que a pé, à cavalo, em carruagem descoberta, se dirige duas vezes por dia ao rendez-vous do Hyde Park (...) senti minha imaginação excedida e vencida. A curiosidade de peregrinar estava satisfeita, trocada em desejo de parar ali para sempre (...)*¹⁰

Esse êxtase, o desejo de ficar, de parar, é tão marcante quanto a impressão de desembarque, que se repete no relato de vários viajantes, só que formulada num sentido negativo. Assim, por exemplo, Spix e Martius descrevem o desembarque no Rio de Janeiro:

O que no entanto logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa a toda a parte, assim que ele põe o pé na terra. Este aspecto foi-nos mais

10 Nabuco, *Minha Formação*, p. 82.

*de surpresa que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens inoportunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e fórmulas obsequiosas da pátria.*¹¹

Mas o mesmo Nabuco que recorda Londres dessa forma é o Nabuco que anos antes assim discursara no parlamento:

*Os nobres e os aristocratas (...) quando chegavam à janela da Câmara e viam uma dessas manifestações populares, não descobrindo chapéus nem sobrecasacas, mas num relance, pés no chão e mangas de camisa, diziam somente: aquilo não vale nada, é a canalha (...) Talvez, mas nosso povo é isso mesmo (...) não é um povo branco. Nessa cidade, se visse uma manifestação popular segundo as idéias dessa nobreza de tolerância, seria uma manifestação de estrangeiros (...)*¹²

Ao relato de Nabuco sobre o sentimento de nacionalidade em *Minha Formação*, falta portanto o negro. Esta sensação de êxtase diante da visão da multidão do Hyde Park, é seguida pela a sensação de aniquilamento:

*Esse sentimento paguei-o caro depois, porque foi em Londres, que senti definhar mortalmente a planta humana que há em cada um de nós (...)*¹³

Nos capítulos dedicados à época da campanha abolicionista, Nabuco passa rapidamente sobre sua participação, justificando-se pela amargura com que agora a vê, e dizendo ser *Minha Formação*, fruto de uma intensa modificação intelectual após a lei que juridicamente emancipara os escravos. Lamenta várias vezes o que a luta contra o escravismo significou como corte, restrição de seus amplos interesses pela arte, pela literatura e pela vida mundana. Diz em *Minha Formação* que a abolição era a única causa proporcional a alta idéia que fazia de si mesmo, mas omite o fato de que anos antes, discursara assim no parlamento:

*Nenhum povo ganha em iludir-se sobre a própria etnologia, não há sentimento mais deprimente e atrofiante para a nação, como para o indivíduo, do que ter vergonha de si mesmo.*¹⁴

11 J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, São Paulo/Belo Horizonte, 1981, Vol. I, p. 48.

12 J. Nabuco, *Discursos Parlamentares. Obras Completas*, São Paulo, 1949, vol. 12, p. 236.

13 Nabuco, *Minha Formação*, p. 76.

14 Nabuco, *Discursos Parlamentares*, op. cit., discurso de 18/6/1884.

Para fazer face à luta política, Nabuco enfrentara o que se ocultava por trás de sua atração pela Europa e da constante lembrança de que era um aristocrata: a vergonha de seu país pela presença da escravidão. Mas fugir à questão é também negar a história, dizia, e transformar o sentimento de nacionalidade num mero provincianismo. Da sociedade de seu tempo, Nabuco poderia dizer, o que disse do Imperador: “preferia que a escravidão não existisse, mas já que existe, que não se falasse nela”.¹⁵

O enfrentamento da questão servil, muito mais que o limite restritivo de seus interesses, tinha sido o limite constitutivo de seu pensamento, pois a luta contra a escravidão fora a alavanca que, anos antes, possibilitara que a realidade brasileira se desnaturalizasse, perdesse a opacidade ao pensamento. Opacidade e naturalidade que voltamos a encontrar em *Minha Formação*.

Em seus discursos, livros e conferências durante a Campanha abolicionista, Nabuco formulou uma idéia compreensiva da sociedade brasileira, em que a escravidão, tomada num sentido amplo, como o de *Ancien Régime*, permitiu que percebesse com clareza, a relação entre a economia agrícola exportadora e a apropriação do Estado pelos fazendeiros, e que examinasse, como imbricadas, questões antes vistas de forma isolada e conjuntural, como a existência de máquina de corrupção no interior do Estado, a formação do Estado sem Nação, a fragilidade dos ciclos econômicos, a devastação ambiental causada pelas plantagens, a miséria endêmica, a ignorância e a dependência da população livre, o endividamento do estado, o inchamento do funcionalismo público e a posição subalterna do intelectual e a esterilidade de sua produção.

Mas, o que é mais significativo numa abordagem que visa a questão da leitura, sua compreensão não esbarrava nos aspectos estruturais da sociedade brasileira, mas procurava também examinar a articulação da escravidão com aspectos culturais apreensíveis no cotidiano. É como se a escravidão desenvolvesse uma rede de vasos capilares e que enviasse seus influxos persistentemente até os aspectos sociais mais banais e distantes da relação senhor/escravo, dizia.

A relação senhores/escravos foi apreendida por Nabuco como uma totalidade dialética, mutuamente condicionante, como se cada um dos termos não se diferenciasse um do outro. A degradação do escravo corresponde à degradação do senhor, e vice-versa. “Entre diferentes senhores, os que torturam escravos, os que tratam com bondade e os que meramente os exploram como coisas, existe em todos, a todo momento, a contingência de serem

15 Joaquim Nabuco, *O Eclipse do Abolicionismo*, Rio de Janeiro, 1886, p. 32.

16 Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo. Obras Completas*, Vol. 7, São Paulo, 1949, p. 117.

bárbaros, pois a escravidão só se mantém pelo terror simbólico e efetivo infundido ao escravo”.¹⁶

Este terror simbólico, porém, é infundido pela própria socialização do escravo, educado para perceber-se como um inferior, pela percepção de seu destino como fatalidade e pela perversão que uma relação social não mediada pela lei criava no desejo escravo. O primeiro efeito desta perversão é o desejo escravo de conformar-se à percepção que dele faz o senhor pela possibilidade que isto aponta de ver superado, através da instituição do favor, a barra de divisão que o separa do senhor. A perversão e seus efeitos sobre a socialização, que aparece sob a forma de cordialidade brasileira, não se restringe a socialização ou do escravo ou às relações entre escravos/senhores, mas se espalha sobre todas as relações sociais marcadas pelo signo da diferenças e da hierarquia.

Obstáculo maior à cidadania era fundamentalmente o caráter autoritário que o escravismo criara na cultura brasileira, em que a instituição do favor funcionava como um dispositivo básico de cooptação e ocultamento. Sua força advinha da forma pela qual a lei era apreendida e representada pela população brasileira, indiferentemente da posição social.

A ausência efetiva da lei, no seu sentido amplo, significava um poder sem limites, dotava o poder em todas as relações sociais, aos olhos de dominantes e dominados, de um igual poder de fascínio.

A escola pública se inseria no contexto de um funcionalismo público marcado por este autoritarismo benevolente, absoluto e perverso: os regulamentos, normas, legislação, regras, concursos, extremamente profusos e minuciosos, existiam exatamente para que fossem burlados, dizia Nabuco. Desacatar regras para fazer resplandecer o favor e o poder pessoal aumenta o fascínio imaginário, exatamente pela arbitrariedade da escolha pois qualquer um pode ser alvo do favor. A instituição do favor transforma e reduz as relações de trabalho a relações afetivas, sustentando o servilismo entre subordinados e marcando pela inveja, pela esperteza e cabotinismo suas relações, impedindo a solidariedade e atitudes de autonomia e apreço pelo trabalho.

A lei de emancipação da escravatura definitivamente não é para Nabuco suficiente para dissolver essa cultura do favor pessoal. A escravidão sobreviveria à emancipação jurídica dos escravos. Era preciso libertar também os senhores. Exatamente a propósito da necessidade propagada pelos republicanos de educar previamente os escravos antes da emancipação, Nabuco defendia uma educação simultânea dos senhores. A pressuposição que geralmente se faz a respeito da utopia educacional de Nabuco consiste em entendê-la na chave de uma educação iluminista, que se propagaria a partir de uma elite até as camadas populares.

Mas Nabuco realmente pensava numa ação corretiva da educação sob a mentalidade da oligarquia: se o escravo não era um cidadão, tampouco os senhores eram cidadãos enquanto não pudessem pensar num inferior social como algo diferente de uma coisa ou de um animal de estimação. Resta para ele resolver a questão de quem poderia educar a oligarquia.

A difusão da leitura e da educação básica se inseria nos quadros mais amplos de uma série de reformas: propunha uma ampla reforma social, consecutiva a emancipação jurídica da escravidão, na forma preliminar de uma reforma agrária que reconciliasse o liberto com a terra, com o trabalho e com o próprio país. Uma profunda reforma jurídica, capaz de estabelecer de fato o império do direito, e uma profunda mudança de mentalidade, em que a educação e a leitura teriam papel fundamental.

Sobre o processo que levou à promulgação da Lei de Emancipação dos Escravos e à queda da monarquia, Nabuco se cala em *Minha Formação*. Acreditava, diz apenas, que o processo de emancipação da escravatura fosse se prolongar por trinta anos. Em outro lugar, diz que as reformas que propunha necessitariam, talvez, de cem anos. Tudo leva a crer que depositava sua confiança no Império, que desligado de sua sustentação escravista, levaria à frente um prolongado processo de reformas com base numa sustentação popular. Nada disso acontecera.

Minha Formação é assim o termo de um processo de apagamento de suas concepções, uma forma de reconciliar-se com o pensamento dominante a respeito de várias questões, entre as quais a questão da nacionalidade. Ser brasileiro, ser aproveitado pelo governo republicano é assim pensar da mesma forma que a elite do seu país. Pelas cartas que deixou desde então e pelos testemunhos dos que o conheceram nessa época, nunca mais se livrou do sentimento de morte.

Texto apresentado na sessão Educação, Leitura e Utopia, 19/7/1993.